Ata da 257ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação. Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, conforme publicação em Diário Oficial, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal de Educação, no miniauditório, do Centro de Formação Darcy Ribeiro, em cumprimento à seguinte ordem do dia: aprovação Ata 256ª Reunião Ordinária, 12/08/2026; apresentação CadEJA, Profª Erika Dorante, Sefep/Seduc; Justiça Restaurativa e Primeira Infância; assuntos gerais. As assinaturas dos Conselheiros presentes encontram-se registradas em lista de presença, acostada a esta Ata como parte integrante. Justificaram ausência os seguintes Conselheiros: Rita Gisela Ferreira Guedes, Fernando Silva de Jesus, Fabiana Antonieta dos S. J. Gonçalves, Viviane Aparecida Figueiras e Simone Igor Braga Perrone. A Presidente, Fabiana Riveiro de Morais Manini, iniciou a reunião agradecendo ao Conselho Pleno pela oportunidade e pela experiência de ter participado do Congresso Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, promovido pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), realizado em Brasília. Na sequência, a Presidente informou que, em razão da ausência de tempo hábil para o encaminhamento prévio da Ata da 256ª Reunião Ordinária, realizada em 12/08/2026, o documento será encaminhado aos Conselheiros por e-mail para análise. Após a leitura, os Conselheiros deverão manifestar-se quanto à aprovação do documento ou indicar eventuais alterações necessárias. Dando prosseguimento à reunião, a Presidente convidou a Supervisora da Rede Municipal de Ensino e integrante da Comissão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Mariângela Oliveira, e a Professora Erika Dorante, da Sefep/Seduc, para realizarem a apresentação sobre o Pacto da EJA – Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. As representantes iniciaram a exposição esclarecendo que o Pacto da EJA constitui uma política pública do Governo Federal voltada ao enfrentamento do analfabetismo e à ampliação do acesso à educação de jovens, adultos e idosos em todo o território nacional. Entre seus principais objetivos, destacam-se: superar o analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos ou mais; elevar a escolaridade da população; ampliar as matrículas na rede pública de ensino, incluindo pessoas privadas de liberdade; e integrar a Educação de Jovens e Adultos à educação profissional, contribuindo para a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho. Foi explicado, ainda, que a política envolve diferentes órgãos e áreas governamentais, entre eles os Ministérios do Trabalho, da Saúde e do Desenvolvimento Social, bem como as Secretarias Municipais, com o objetivo de promover condições que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos. O Ministério da Educação (MEC) oferece suporte às ações, incluindo formação de professores e disponibilização de materiais pedagógicos. Na oportunidade, foi apresentado também o CadEJA – Cadastro da Educação de Jovens e Adultos, plataforma digital do Governo Federal integrante das ações do Pacto da EJA, destinada a reunir informações sobre a oferta e a demanda por vagas na Educação de Jovens e Adultos em todo o Brasil. Foi esclarecido que o cadastro possibilita que qualquer pessoa com 15 anos ou mais manifeste, de forma simples, gratuita e digital, seu interesse em retornar aos estudos, seja para alfabetização, Ensino Fundamental ou Ensino Médio, podendo indicar o turno e o local de sua preferência. A ferramenta funciona como instrumento de

levantamento e organização da demanda, auxiliando Estados e Municípios a identificar as regiões com maior procura por vagas e, consequentemente, a planejar a abertura de novas turmas e o encaminhamento dos interessados para efetivação da matrícula nas redes públicas de ensino. O acesso à plataforma pode ser realizado diretamente pelo interessado, mediante preenchimento de seus dados, sendo também possível que, qualquer munícipe efetue o cadastro em nome das pessoas interessadas. Após o cadastramento, as informações são encaminhadas às redes públicas de ensino competentes para as providências necessárias à efetivação da matrícula. Prosseguindo, a Presidente convidou a Coordenadora do Programa Justiça Restaurativa, Liliane Rezende, para apresentar o novo projeto voltado à Primeiríssima Infância, cujo objetivo é desenvolver, desde os primeiros anos de vida, habilidades sócio emocionais, empatia e uma cultura de paz entre as crianças. A Coordenadora explicou que a proposta, desenvolvida no contexto das creches, busca contribuir para que as crianças aprendam a reconhecer e compreender seus próprios sentimentos, desenvolver a capacidade de escuta e solucionar conflitos de maneira pacífica, por meio do diálogo. Nessa etapa da vida, a Justiça Restaurativa está especialmente voltada à promoção de relações saudáveis e à gestão da convivência cotidiana. Foram apresentadas as principais ferramentas utilizadas pelos educadores, dentre as quais se destacam: Círculos de Construção de Paz: metodologia na qual professores e crianças se reúnem em formato circular, favorecendo a horizontalidade das relações, o contato visual e a percepção de que todos os participantes possuem igual importância e oportunidade de manifestação; Bastão da Fala: objeto simbólico, como um brinquedo ou pelúcia, que é passado de mão em mão. A pessoa que estiver segurando o objeto possui o direito de falar, enquanto os demais participantes exercitam a escuta atenta e respeitosa; Comunicação Não Violenta: ferramenta que auxilia as crianças a identificar e expressar sentimentos, como raiva, frustração e ciúme, bem como suas necessidades, contribuindo para a resolução dos conflitos sem o uso de agressões físicas ou verbais, tais como morder, empurrar ou ofender; Contação de Histórias e Leitura: utilização de livros e histórias infantis que abordam sentimentos e relações interpessoais, auxiliando as crianças no reconhecimento e na compreensão de emoções, como dor, tristeza e alegria, tanto em si mesmas quanto nas outras pessoas. Foi destacado que a utilização dessas práticas na Primeiríssima Infância pode produzir resultados positivos no desenvolvimento das crianças, contribuindo para a prevenção de comportamentos agressivos e do bullying; a restauração da harmonia nas relações após situações de conflito, evitando o isolamento ou a rotulação da criança envolvida; e o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de lidar com frustrações de maneira saudável. Nada mais havendo a tratar, a senhora presidente agradeceu a presença de todos, e encerrou a reunião e a presente ata que segue assinada pela senhora presidente Fabiana Riveiro de Morais Manini, se conforme.